

## NOTAS PARA UMA DISTINÇÃO ENTRE CIVILIZAÇÃO E CULTURA\*

1, A fenomenologia das obras humanas sugere a sua divisão em dois grandes tipos:

As que permitem um domínio sobre as coisas, são, por natureza, instrumentais, e levam a uma modificação física do nosso *habitat*; obras fechadas ou conclusas, poderíamos dizer, que são capazes de atingir, de forma eficaz, o fim a que visam, e nele se esgotarem.

E aquelas que, essencialmente *expressivas* e *significativas*, manifestam a condição humana na sua indecisa complexidade» e nela pretendem marcar a auto-definição de cada um; obras abertas e polifônicas, que val<sup>m</sup> mais pela intenção do que pelo resultado, com ressonâncias imprevisíveis, mesmo quando intransitivas; obras, gestos, palavras, disposições interiores, vivências, imaginações, decisões, planos, toda a variada gama de actos pelos quais os homens se definem e assumem frente ao mundo e seus horizontes.

2. O que marca a distinção entre os actos que se objectivam nestes dois tipos de obras é mais o espírito com que são praticados e o fim que têm em vista, do que propriamente a sua natureza»

---

\* Muitos dos tópicos aqui tratados foram dados a público no meu artigo *Civilização e Cultura — breve apontamento para a sua distinção*, «Convivium», S. Paulo, 11985. Alguns deles, porém, foram aqui desenvolvidos, e a exposição sofreu alterações.

Os primeiros são actos potencial e intencionalmente violentos, que se prestam ao exercício de um *poder*, e têm em mira um *domínio*, completo e definitivo.

Os segundos, podendo embora ser feitos com veemência e <energia, não pretendem nunca manifestar uma capacidade coactiva, mem desejam levar a efeito uma imposição,

3, Além de um complexo conjunto de outras razões que não é oportuno agora referir, essa diferença radica no facto de os primeiros actos poderem ser eficazes, ao passo que, em relação aos últimos, nunca há um conhecimento completo e seguro das suas consequências. Aqueles são pois, como dissemos, essencialmente técnicos e adequados ao manuseio e utilização die coisas materiais, enquanto estes visam, antes de mais, definir, manifestar, e ver reconhecida a personalidade de quem os pratica, sendo, assim, próprios das relações inter-subjectivas,

4, Na fronteira destes dois contextos da actividade humana, e reunindo em si as suas opostas características, situam-se a Política, a Economia, e, em parte também, a Pedagogia (\*). Usando da violência, exercendo poderes, e tendo como alvo o domínio, a sua acção dirige-se contudo, fundamentalmente, sobre *pessoas* e não sobre *coisas*.

Note-se porém que isso não se deve a um comportamento anómalo, sempre possível aos homens; não provém de uma sacralização ou de uma antropomorfização dos objectos naturais; nem da contrária redução dos homens à matéria; resulta da própria natureza de tais formas híbridas de actividade,

5, Como se compreenderá, esta anomalia constitucional, digamos assim, torna essas áreas particularmente conflituosas e de racionalização muito precária. Em especial a política, caracterizada pela necessidade de tomar decisões públicas inadiáveis, ainda que discutíveis.

Tal como Max Weber argutamente observou, uma das suas maiores dificuldades práticas e teóricas consiste em que o político nunca está seguro dos efeitos da sua acção, mas nem por isso deixa de ser responsável por todos eles, inclusive os mais indesejados. Foi certamente a ponderação desta desconfortável circunstância que levou Weber a distinguir entre éticas de

convicção e éticas de responsabilidade, (*Ciência e Política — duas vocações*, Brasília, Ed. UnB, 1983, P- 113).

Afigura-se-nos contudo que a distinção não contribuirá para dilucidar as complexas relações entre Ética e Política, quer no plano das liberdades individuais dos governados, quer no plano da responsabilidade dos governantes»

6. E mesmo no que respeita a *este* último ponto (mais directamente ligado à questão em pauta) a característica indicada —• que resulta precisamente da circunstância de a acção política desejar exercer um domínio sobre *peçoas e* não sobre *coisas* —'provocará unicamente as seguintes consequências: a) uma consciência mais viva do que há de trágico e de «demoníaco» na actuação política, conforme o próprio Wjeber sublinhou, que se-: virá para aquilatar da vocação daqueles que pensam em dedicar-se a essa actividade (não esqueçamos que a referida classificação ética surgiu no contexto de um estudo sobre a vocação política); b) a verificação de que o radicalismo utópico, tal como a convicção de que a história tem um sentido determinado e inamovível, de que se alimentam os totalitarismos ideológicos contemporâneos,—são contrários à realidade dos factos. (Este tópico vai ser depois retomado e desenvolvido por Karl R. Poppjer),

7. Não nos parece, todavia, que qualquer uma destas observações tenha algo a ver com a Ética.

A menos que sje subscrevam as seguintes teses de Weber, muito discutíveis, em nossa opinião:

a) que as várias «visões do mundo» são inconciliáveis e insusceptíveis de crítica racional;

b) que a sua escolha nesulta de uma convicção ética radical;

c) que os ideais inscritos na sua mundividência própria devem orientar superiormente a acção de cada político, sob pena de ela vir a cair no plano de uma «futilidade» que acabará por comprometê-la;

d) mas que isso deverá ser feito no contexto de uma deontologia política obediente a uma ética dje responsabilidade, ou seja, sempre disposta a abandonar aqueles ideais quando a sua aceitação não for pacífica, dado que a inevitável insegurança quanto à bondade objectiva e líquida dos fins, não plermite que estes justifiquem os meios.

8» Ora, de todas estas teses weberianas, a única que se nos afigura de aceitação incontroversa é esta que defende que os ideais éticos do político (mas não só) devem inspirar-lhe a acção, sem serem contudo impostos de forma violenta e dogmática, o que, aliás, os destruiria como ideais.

9\* Além das características que temos vindo a apontar quer a um quer a outro dos dois tipos de acção que distinguimos no parágrafo primeiro (acções de domínio e acções expressivas) —■convirá sublinhar que lhes é essencial o diversos modo como se inscrevem no tempo e no espaço»

10\* O primeiro tipo dessas acções, e das obras que realizam permitem uma rápida ie universal divulgação, e o seu acervo cresce no tempo, por adição, cumulativamente, segundo um processo linear e irreversível» (Irreversível em princípio, salvo cataclismo cósmico, degenerescência da espécie, ou grave e duradora desordem social que paralize os sistemas pedagógicos, comprometendo irreparavelmente a memória colectiva)» Uma vez, descoberta a roda, ou a viela, compreende-se que logo esses inventos tivessem podido espalhar-se por todos os povos da terra, permitindo-lhes um maior domínio sobre as condições naturais e consequente alteração dos hábitos de vida, e ss tivessem integrado, para sempre, no património comum da Humanidade»

11» As acções do segundo tipo são, por essência, diferenciadoras e particularizantes; envolvem opções radicais que não podem alhear-se da Ética, opõem o ser ao dever-se, ou melhor, elegem, dentre várias possibilidades, aquela que *deve existir*.

É nesta instância axiológica que se reinstala uma universalidade e uma objectividade de segundo grau, simultaneamente mais rica e mais frágil, e que verdadeiramente nasce a dimensão humana. Incarnado e preso à terra, o Homem é, por sua condição, um animal metafísico: exposto aos factos, mas podendo sempre distanciar-se deles, porque os transcende, porque está aberto a um horizonte transfinito de outros factos possíveis, logo essa circunstância o constitui juiz do que existe, e investe na função demiúrgica de melhorar o mundo, ou impele a partir, pelos caminhos da Esperança, em busca do Paraíso»

Estes vectores da situação humana apontam, simultaneamente, para o real dado, ou presente, para o oculto, para o possível, para o realizável, para o valioso, para o mal e para o nada, para o uno e para o múltiplo, para o finito e para o infinito, e movem-se em vários níveis intersubjectivos, do pessoal ao impessoal. Não é a altura de fazer a distinção e caracterização desses níveis\* Diremos só, e isso basta na circunstância, que as culturas incarnam em grupos humanos e constituem o fundamento mais radical da sua autonomia,

12, A diferenciação cultural consiste na diversidade das línguas, dos costumes, das tábuas axiológicas, de todo um conjunto de elementos que integram uma particular forma de humanidade, dentro da qual, ou a partir da qual, cada um se situa e identifica.

Assim sendo, compreender-se-á que a expansão das culturas não seja fácil nem pacífica, e que o seu desenvolvimento não seja linear, nem irreversível, nem feito quantitativamente, por acréscimo de novos materiais, mas segundo um processo comparável ao curso do tempo interior dos organismos vivos, muito embora essa analogia não deva ser levada longe de mais,

13, Na verdade, os exemplos históricos de nascimento, desenvolvimento, apogeu, decadência e morte das culturas são enganosos, mesmo quando apresentados com a maestria e o talento de um O\* Spengler; por outro lado, e ao contrário daquilo que comumente se admite, o percurso descendente dessa curva biológica e, em especial, o facto da morte, — se podem ser tidos como próprios dos seres vivos concretamente considerados, das plantas e dos animais, — já não fazem sentido em relação às espécies, nem, muito menos, às coisas materiais ou aos espíritos. Resumindo, a visão biológica das culturas não deve ser levada à letra. E no que se refere à inevitabilidade da sua morte, maiores deverão ser ainda as reservas. Insistimos em que, de facto, no quadro da realidade tal como fenomenologicamente apreendida, e dentro das perspectivas que sugere, — não tem sentido que a vida termine às mãos da matéria. A Morte só poderia assim ser entendida como uma degradação e uma violência. (Justamente a considera o Cristianismo fruto do Pecado). Os níveis ontológicos mais ricos não são reductíveis aos menos ricos; pelo contrário,

estes é que poderão ser integrados naqueles. Renovando o argumento de Santo Anselmo diríamos que, se existie o menos, existe o mais; se existe uma pedra, existe Deus. E ainda na mesma linha de ideias, acrescentaremos que a fenomenologia da consciência nos revela mais a sua misteriosa capacidade de renovação ou ressurreição, do que a sua mortalidade,

14. Certamente que a racionalização da linha de desenvolvimento das culturas, assim como da sua integração unificadora, não é fácil. O plano da lógica é unívoco, e o seu princípio reitor a Identidade. Daí a aptidão que tem para tecer relações abstractas quantitativas, relações hipotéticas, ou de uma formalidade meramente convencional, e para operar no interior de sistemas fechados, com perfeita segurança e completo domínio. Em contrapartida, a sua dificuldade também para actuar no plano do heterogéneo e do qualitativo. Resta saber se a dificuldade é superável, e como o será; se o pensamento humano será capaz de apreender a realidade em termos indubitáveis. Julgamos que sim, que a lógica, sem se destruir renunciando à exigência da identidade e da univocidade, conseguirá ultrapassar as superfícies do Ser, desde que resista à tentação de absolutizar o relativo que metodologicamente privilegiou, se não satisfaça com identificações provisórias, e seja animada por optimismo gnosiológico que não limite, prévia e dogmáticamente, a racionalidade do real.

É neste sentido que entendemos a dialéctica hegeliana: reconhecendo corajosamente à negação o direito de afirmar a heterogeneidade no seio do Ser, só a aceita em termos provisórios e superáveis, permanecendo portanto fiel à exigência de identidade; a síntese é a identidade reconquistada num plano ontico mais rico; e por essa via ascendente das contradições sempre denunciáveis pela força e argúcia da negação, mas sempre inaceitáveis e superáveis, se chegaria a Deus, coincidência perfeita e diferenciada do Ser consigo mesmo, por virtude de um completo\* autoconhecimento.

15. Perguntar-se-á se esta visão gnosiológica poderá contemplar as diferenciações culturais. Ou se, pelo contrário, não olha apenas para uma linha central e universalista de desenvolvimento, e só consente diversidades marginais e arcaicas, de inútil sobrevivência; e se a «ave de Minerva» só levanta voo, no ocaso dos ciclos culturais mais adiantados; se fará sentido, por-

tanto, uma filosofia da cultura que veja a particularidade e a pluralidade das formas humanas, dentro de uma perspectiva sincrónica.

Pensamos que sim, que o conhecimento da diversidade — só possível afinal mediante a comparação e a analogia — prepara a unificação dialéctica; e que esta, por sua vez, como só atingirá a perfeita transparência na plenitude da síntese derradeira, não pode desdenhar os centros de visão coerentes <e amplamente compreensivos da pluralidade cultural, ainda que neles se não ignore, mas se minimize, um resíduo problemático. Entendemos ser essa aliás a forma de transpor o processo dialéctico para os planos psicológico e sociológico em que o homem concreto vive,

16> Bem mais importante contudo do que reconhecer o mérito e as potencialidades da dialéctica hegeliana, é mostrar claramente que é ilegítima a negação *dialéctica nihitista*, que desce pelos degraus ônticos a caminho do Nada, ou considera substantivo o nível da matéria, por ser essencialmente quantitativo e porque aí, *o mais resulta do menos*.

A este ilegítimo reduccionismo materialista é que urge renunciar. Já produziu erros demais. E causou demasiados sofrimentos. (Não esqueçamos que as ideias erradas, quando inspiram a acção — e não há acção, por mais espontânea, que não aconteça num contexto de ideias determinado — ocasionam sempre impasses dolorosos).

17. Em conclusão, # regressando à linha central destas reflexões, diremos, resumidamente, que nas culturas, e em todos os actos humanos, subjectivos e objectivos; que as formam, há uma universalidade potencial, valorativa e polémica que confere à sua expansão e desenvolvimento, no espaço «e no tempo, características diversas daquelas que são próprias dos actos de domínio analisados primeiramente.

Esta verificação terá ficado exposta, assim o julgamos, com suficiente clareza. E bastará, por ser fundamental, para justificar a distinção entre aqueles dois tipos de actividade humana que, à falta de designação mais exacta, e mais cómoda classificação, respectivamente integramos, como essenciais, nas noções clássicas de Cultura e Civilização.

*Eduardo Abranches de Soveral*

## NOTAS

1) Se levarmos em conta os fins próprios de todo o processo educativo completo (adestrar, informar, formar, libertar e responsabilizar) assim como a sua natureza (relação pessoal assimétrica que tem em vista a própria anulação), e ainda as exigências afectivas que lhe são essenciais, — a Pedagogia estará fora do contexto da Política e da Economia aqui apontado. Mas se atendermos à sua vulnerabilidade perante os poderes políticos e económicos, e ainda à circunstância de a acção pedagógica espontânea e facilmente poder institucionalizar um poder específico (o celebrado «poder da educação»), embora só legítimo enquanto defensivo e destinado a garantir a autonomia da acção docente — já as observações feitas acerca daqueles tipos de actividade humana lhe serão aplicáveis. (Para maior desenvolvimento, ver o meu artigo *Questões Prementes da Filosofia da Educação*, «Revista da Faculdade de Letras — Série de Filosofia», Porto, 1985.

## ABSTRACT

### **Some notes on a distinction between civilization and culture**

The Author makes a phenomenological description and a characterization of human acts that aim at *dominion* as well as of those which are intended to be *expressive* and *significant*.

Basing himself on these two kinds of acts he tries to characterize Politics, Economics and Pedagogy, and, by the way, criticizes Max Weber's distinction between, «conviction ethics» and «responsibility ethics».

At last he uses the two analyses to elucidate the concepts of culture and civilization.